

1 **ATA DA 9ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO**
2 **DO PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CBH GRANDE.** Ao primeiro dia do mês de
3 Junho do ano de dois mil de dezessete, às nove horas, deu-se início a 9ª Reunião do Grupo de
4 Trabalho e Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos (GT Plano)
5 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Grande), realizada no Departamento de
6 Águas e Energia Elétrica (DAEE), situado à Rua Olinda, nº 150, Bairro Alto da Boa Vista, no
7 município Ribeirão Preto – SP. Estiveram presentes os seguintes representantes: Edgar Gaya
8 Banks Machado (ANA), Wagner Martins da Cunha Vilella (ANA), Laura Bertolino de Souza Lima
9 (IGAM/MG), Odorico Pereira Araujo (FIEMG), Débora Riva Tavanti Morelli (FIESP), Caio Penna
10 Martins (SIRVARIG), João Cabrera Filho (ABAG), Helieder Rosa Zanelli (SABESP), Ricardo Caetano
11 de Lima (IEATM), José Edilberto da Silva Resende (ADISMIG), Cristiane Guiroto (ABAS), Paulo
12 Finotti (AEAARP). Participaram como convidados: Aída M. P. Andrezza (Engecorps), Claudio
13 Daher Garcia (CBH-BPG/CRHI), Dayana de Sá e Sousa (ABHA), Flávia Dare Barbosa (CBH-
14 BPG/CRHI), Jorge Augusto Santos (CBH-SMG/CRHI), Leonardo Mitre Alvim de Castro (Engecorps)
15 e Marcelo Mazzola (ANA). A Coordenadora do GT Plano, Débora Riva, dá início à reunião e
16 informa que a secretaria recebeu quatro pedidos de alteração na ata da 8ª Reunião do Grupo
17 de Trabalho e Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos (GT
18 Plano) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Grande). Em seguida, Débora faz a
19 leitura da ata da última reunião do Grupo de Trabalho, realizada no dia sete do mês de abril de
20 dois mil de dezessete, realizada no hotel Carlton Plaza, situado na Rua Junqueiras, nº 601,
21 Centro, no município de Poços de Caldas/MG, sendo ela aprovada por unanimidade. Dando
22 continuidade à reunião, a Coordenadora informou que em termos de logística das reuniões, foi
23 elaborado pela ABHA um levantamento referente à localização de cada membro do GT tendo
24 em vista a otimização do deslocamento dos mesmos para as reuniões no que concerne tanto na
25 gestão de custos quanto na gestão de logística e/ou deslocamento e convidou a representante
26 da ABHA, Dayana de Sá e Sousa, para apresentar o estudo em questão. Dayana mencionou que
27 de acordo com as planilhas apresentadas, os municípios em comum levantados pelo Diretor
28 Presidente da ABHA, Sérgio Leal, são: no estado de São Paulo – Ribeirão Preto e Franca e no
29 estado de Minas Gerais – Passos; e deixou em aberto para que se os membros contribuíssem
30 com sugestões de outros municípios que os mesmos considerassem necessários. Wagner,
31 representante da ANA contribuiu com duas considerações: na primeira agradeceu a
32 disponibilidade das duas vindas do Marcelo Mazzola da Área de Projeto da ANA; na segunda
33 contribuição compartilhou sua preocupação com a dificuldade que os membros de Minas Gerais
34 têm em se deslocar para as reuniões considerando a distância das mesmas e sugeriu que não
35 seja regra, mas que, possa ser considerado a realização de uma reunião em Lavras e em São João
36 Del Rei visando atender à necessidade dos representantes mineiros. Débora (FIESP) informou
37 que os levantamentos foram feitos considerando os centros dos GT's e sugeriu fazer uma
38 proposta com duas cidades em Minas Gerais e duas cidades em São Paulo. Helieder (SABESP)
39 enfatizou a necessidade de considerar a facilidade de acesso à cidade e a estrutura para as
40 reuniões. Foi sugerido pela Laura (IGAM), a cidade de Alfenas, uma vez que tal município faz
41 parte da região central da Bacia do Grande, para que ABHA possa fazer o levantamento. José
42 Edilberto (ADISMIG) informou que Alfenas atende plenamente tanto no que se referente a
43 questões logística quanto a estrutura para as reuniões. Foi colocado para aprovação os
44 municípios de Ribeirão Preto e Franca no estado de São Paulo e Passos e Alfenas no estado de
45 Minas Gerais, sendo aprovado Ribeirão Preto – SP e Passos – MG. As onze horas e dezoito
46 minutos iniciou-se os itens da pauta. No **Item 1. Análise do Produto Parcial PP-04 (Definição**
47 **das metas do PIRH-Grande e diretrizes e estudos para os instrumentos de gestão)** Débora
48 (FIESP) convidou Aída (Engecorps) para fazer as considerações do PP-04. Aída (Engecorps)

49 salienta que levou em consideração: a) a tabela/planilha de contribuições dos membros enviada
50 pelo Edgar (ANA), que foi entregue a Dayana (ABHA); b) considerações enviadas pela Cristiane
51 (ABAS); c) duas notas técnicas do IGAM que encaminhadas pela Laura (IGAM), e d) o e-mail que
52 o Odorico (FIEMG) encaminhou a ANA; sendo que alguns desses itens estão repetidos. Em
53 seguida, o relatório do PP-04 é apresentado para apreciação e contribuições, Aída (Engecorps)
54 faz a proposta para que somente fossem discutidos os itens da planilha no qual consta o status
55 “para serem discutidos com o GT”, todos se posicionaram de acordo ressaltando que caso o
56 membro tenha algum posicionamento que ainda não tenha sido atendido fará sua manifestação
57 durante a discussão em questão de acordo com a ordem da planilha. Dando continuidade,
58 iniciou-se a apreciação do documento em si, no item 3.2.2 proposta de José Edilberto (ADISMIG)
59 solicitando quais seriam os parâmetros definidos pela CETESB, Aída esclarece que não existe um
60 banco de dados consolidado tanto pelo DAEE quanto pelo IGAM que possa ser utilizado igual à
61 metodologia da ANA, ou seja, a ANA outorga a vasão e a concentração, a proposta é que esta
62 questão seja resolvida de acordo com a meta 04 no período que corresponde aos anos de 2018-
63 2020, neste sentido o posicionamento é que o plano deve insistir para resolução da situação até
64 o limite do prazo. Paulo Finotti (AEAARP) fomenta que dentro do CBH Pardo este problema está
65 sendo levantado a todo instante onde é o DAEE que faz a outorga e havendo necessidade ou
66 não a CETESB deveria cruzar as informações e isso não tem acontecido. Odorico (FIEMG)
67 contribui ainda sobre essa questão, que o cadastro do banco de dados necessita ser eficiente
68 para estudos futuros, uma vez que existem as informações, mas ainda há dificuldade de obtê-
69 las através do cadastro. No próximo item, linha 8, foi atendido o pedido do José Edilberto
70 (ADISMIG), Aída (Engecorps) informa que foi colocado uma observação “em que item o
71 diagnóstico do estudo esta apresentado”. Dando continuidade, na linha 9, José Edilberto
72 (ADISMIG) contribui que o balanço hídrico de águas superficiais subterrâneas foi apresentado
73 no diagnóstico, mas o próprio diagnóstico informa que os dados não foram completos o
74 suficiente, no qual propõe que seja feito um novo estudo de águas subterrâneas. Na linha 11,
75 metas 8, 9 e 10; Aída (Engecorps) esclarece que foi previsto uma avaliação das metas 8, 9 e 10
76 e no que se refere à meta 8: executar serviços e obras para a redução das cargas poluidoras na
77 zona rural, esta sendo proposto um estudo para saber quais tipos de obras serão executadas.
78 Na linha 14, em relação à lista das usinas que tiveram que solicitar a renovação de outorga,
79 Edgar (ANA) menciona que solicitou ao setor responsável da ANA e que ainda não obteve
80 retorno, informou ainda que assim que obtiver tal resposta será disponibilizada no grupo ou
81 será enviada para os membros para que todos fiquem cientes. Wagner (ANA) salienta que sobre
82 a questão das usinas a expectativa é até mais complexa do que foi pedido, terminado o plano
83 irá entrar um processo de renovação das usinas do Grande, e caso já tenha uma proposta da
84 ANA que diz respeito a esta questão, a apresentação desses dados será realizada ainda dentro
85 do plano que será encaminhado para que o comitê participe da discussão. Odorico (FIEMG) faz
86 uma colocação em relação às palavras de Wagner (ANA), mencionando que essa esfera não é
87 do comitê, que não seria interessante vincular essa questão ao plano e nem como proposta de
88 comitê; mais pra frente, se o comitê entender que deve participar, faria sua contribuição.
89 Wagner (ANA) esclarece que esta questão não entrará no plano porque ainda não está definido
90 e afirma que o caminho que o Odorico (FIEMG) citou é o oposto de todos os outros comitês que
91 tem empreendimento hidrelétrico porque se trata de uma questão de suma importância para a
92 bacia e para todos os outros usos, neste sentido os comitês pedem para que a discussão seja
93 realizada, sendo assim, provavelmente o Comitê do Grande vai ser convidado a participar da
94 discussão referente às regras para renovação das outorgas vigentes de grandes
95 empreendimentos que estão vencendo. Aída (Engecorps) menciona que a próxima questão, que
96 também foi sugerida pelo José Edilberto (ADISMIG) se trata da oportunidade de melhoria em

97 relação aos usos insignificantes. Aída (Engecorps) esclarece que no plano apresentou os usos
98 insignificantes considerados pela ANA. Leonardo (Engecorps) informa que MG, SP e a ANA já
99 consideram o uso insignificante na outorga, ou seja, obrigatoriamente este uso insignificante é
100 cadastrado no banco de dados dos órgãos gestores, sendo assim o comentário do José Edilberto
101 (ADISMIG) já é aplicado atualmente pelos órgãos gestores. João Cabrera (ABAG) questiona o
102 porquê dos estados de SP e MG terem metodologias distintas para a questão do uso
103 insignificante sendo que as bacias são federais. Aída (Engecorps) responde que as bacias são
104 diferentes, conseqüentemente os usos e as disponibilidades também são diferentes, além
105 desses fatores, é considerado o número de usuários de cada bacia. Wagner (ANA) esclarece que
106 este assunto esta há quatro anos em discussão no Conselho Nacional e tem previsão de que
107 ainda neste ano sejam encaminhadas as diretrizes de uniformidade do uso insignificante da água
108 para ser colocada em discussão dentro do comitê; sendo assim o que o plano recomenda é
109 manter a regra da legislação vigente por enquanto e aguardar as novas diretrizes previstas ainda
110 para o ano de 2017. Na linha 17, referente à sugestão do Edgar (ANA) de mencionar a base de
111 dados para obter informações, ficou definido que será inserida uma nota de rodapé para
112 complementar a informação. Dando continuidade, na linha 20, no subitem 19, página 57,
113 referente a solicitação do José Edilberto (ADISMIG), Aída (Engecorps) informa que o custeio das
114 agências de bacias está definido na Lei Federal nº 9.433/97, art. 22º e 43º; na Lei Estadual de
115 São Paulo nº 10.020/98 no art. 8º e na Lei Estadual de Minas Gerais nº 13.199/99 no art. 28º; de
116 acordo com da Lei Federal e a Lei do Estado de Minas Gerais mencionadas acima o percentual a
117 ser cobrado para subsistência das agências de bacia é de sete e meio por cento do total
118 arrecadado, já a Lei do Estado de São Paulo – mais atualizada – o percentual previsto na
119 legislação é de dez por cento do total arrecadado, para esta questão também ficou definido que
120 será inserida uma nota de rodapé tendo em vista complementar a informação com a fonte da
121 legislação vigente. Na linha 21, José Edilberto (ADISMIG) faz um comentário a critério de
122 observação referente à possibilidade de um município criar uma unidade de conservação
123 somente para receber o pagamento de serviço ambiental. Na linha 27, sobre a contribuição da
124 Débora (FIESP), Aída (Engecorps) menciona uma das diretrizes da Lei Federal nº 9.933, no art.
125 4º: “a União articular-se-á com os estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos
126 de interesse comum”; em seguida ela menciona que dentro do próprio Comitê do CBH Grande
127 a Resolução CNRH nº 005/2000 traz que “as ações dos Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de
128 domínio dos Estados, afluentes a rios de domínio da União, serão desenvolvidas mediante
129 articulação da União com os Estados, observando os critérios e as normas estabelecidos pelo
130 Conselho Nacional, Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos”; também faz menção ao
131 Regimento Interno do CBH Grande no que diz respeito ao art. 3º, “I. Promover a gestão integrada
132 dos recursos hídricos no âmbito da sua competência, considerando a totalidade da UGRH
133 Grande como unidade de planejamento e gestão, definidas pela Política e Sistema Nacional de
134 Gerenciamento de Recursos Hídricos, fomentando as ações previstas na Lei 9.433/97, nas
135 Políticas Estaduais correspondentes e em normas complementares supervenientes; II. Articular
136 a integração da gestão dos Sistemas Estaduais e Nacional de Gerenciamento de Recursos
137 Hídricos e seus respectivos instrumentos de gestão, no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio
138 Grande; III. Apoiar e promover a gestão compartilhada envolvendo as instâncias regionais de
139 recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, tais como: comitês de bacias de rios
140 afluentes ao rio Grande, os consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas, as associações
141 de usuários de recursos hídricos e outras formas de organização afins” e por fim menciona ainda
142 sobre o Pacto da Gestão Integrada no que diz respeito “ o signatário CBH Grande, Comitês de
143 Bacia Hidrográfica afluentes, ANA, Estado de São Paulo e Estado de Minas Gerais se
144 comprometem a buscar atuação articulada para a harmonização de critérios e procedimentos

145 em toda a Bacia Hidrográfica do Rio Grande, tais como instrumento de cadastro, outorga, direito
146 de uso e fiscalização”; Aída (Engecorps) explica que as citações da legislação vigente mencionada
147 fez-se necessária para ilustrar o entendimento de que uma bacia hidrográfica e/ou um rio de
148 domínio da união precisam ser trabalhados de forma integrada e que não enxerga-se outra
149 forma de tratar tal questão. Débora (FIESP) afirma que entende o teor da legislação e concorda
150 com a mesma, tendo em vista que a legislação é o instrumento e parâmetro para o
151 desenvolvimento do trabalho, mas ressalta uma preocupação referente a situação dos comitês
152 do Estado de São Paulo e da Política Estadual e expõe seu entendimento do ponto de vista
153 prático de atuação do plano, uma vez que o plano de integração busca traçar diretrizes para os
154 comitês estaduais, mas muitas das vezes as ações não casam com o momento de discussão dos
155 comitês estaduais, Débora (FIESP) afirma que não entende o porque dos representantes do
156 Grande, ou seja os representantes da calha, tenham que interferir nas manifestações propostas
157 pelos comitês estaduais, mas entende que os instrumentos devem ser previstos no plano
158 juntamente com as diretrizes para salientar que os estados avancem em níveis de discussão
159 pautados em termos mais orientativos do que impositivos. Neste sentido Débora (FIESP)
160 completa que sua preocupação é a forma como a questão está colocada no texto e sugere um
161 ajuste na redação do relatório como direcionamento, para que os comitês estaduais pensem
162 sobre o assunto. Débora (FIESP) destaca ainda que não que ela seja contrária, mas se o grupo
163 definir que as propostas para os comitês estaduais contribua com ações poderá acarretar um
164 conflito legal – principalmente para o estado de São Paulo – e também um conflito de
165 planejamento, principalmente porque o Estado de São Paulo está num momento de revisão dos
166 planos, o que não bate com os cenários dos primeiros capítulos do relatório cinco, bem como
167 relatório 4. Laura (IGAM) pontua que na elaboração do plano houve o cuidado de analisar cada
168 plano de bacia e adequar as ações de acordo com esses planos, ou seja, houve alinhamento do
169 federal com o estadual, então não está totalmente diferente do que já está sendo planejado
170 para a bacia pelo menos da parte de Minas Gerais. Laura (IGAM) completa que não há
171 necessidade de focar na área porque a bacia é a entidade gestora hierarquizada. Débora (FIESP)
172 diz que não consegue entender essa hierarquia dentro da legislação. Laura (IGAM) diz que como
173 a gestão dessas sub-bacias tem que passar pelo órgão gestor se houvesse este conflito o órgão
174 gestor teria que estar se manifestando no grupo. Débora (FIESP) questiona sobre como propor
175 uma ação para que o Comitê do Turvo, por exemplo, assumira essa responsabilidade se está
176 contraditória com as ações que o comitê vem discutindo ou já aprovou em dezembro, bem como
177 uma programação orçamentária e o programa de investimento aprovado para um prazo que
178 não condiz com o que está estabelecido no Comitê do Grande. Débora (FIESP) afirma ainda que
179 se o grupo entender pela hierarquia da entidade gestora, o assunto deverá ser levado para as
180 demais câmaras e para a plenária; ela apresenta como proposta para que os comitês estaduais
181 referendam essa questão através de uma deliberação. Wagner (ANA) afirma que no que
182 depende das questões legais não há possibilidade de alguma questão não passar pelo comitê
183 afluyente. Wagner (ANA) complementa que recentemente participou de uma discussão no
184 Paraíba do Sul, no qual o próprio comitê caminhou para não considerar a questão somente da
185 calha – foi uma proposta da FIESP – para não perder o sentido básico da gestão de bacia, caso
186 contrário, passa-se a imaginar que os problemas são causados no rio, na calha principal e não
187 são. Wagner (ANA) continua sua fala fazendo uma crítica constitucional no que diz respeito à
188 gestão de recursos hídricos – área que ele trabalha – tendo em vista a dissociação de solo de
189 água, onde o município é responsável pela gestão de solo e o Estado e a União de água como se
190 fossem questões distintas. Wagner (ANA) enfatiza que esta situação será agravada ainda mais
191 se for feita a proposta de dissociação de Estado e União num plano novo com este e ficar
192 somente com as calhas, no entendimento dele perderia o plano. Aída (Engecorps) fomenta que

193 não é possível trabalhar o plano limitando-se as calhas. Wagner (ANA) afirma que discorda de
194 Débora (FIESP) e menciona que o grupo é convocado para discutir o conteúdo do plano todo e
195 acrescenta que tecnicamente e legalmente o plano está bastante estruturado no ponto que
196 está, e sugere um posicionamento do grupo até para não ter continuidade desta mesma
197 discussão no futuro. Wagner (ANA) contribui ainda dizendo que nas ações de noventa a noventa
198 e cinco por cento dos planos que ele participou e ajudou a coordenar são em territórios fora da
199 calha federal, tendo em vista que é nesse território que estão as consequências. Aída
200 (Engecorps) faz uma complementação no que diz respeito à fala da Débora (FIESP) quando ela
201 menciona que as questões são impositivas, Aída (Engecorps) expõe que achou a palavra um
202 pouco forte, tendo em vista que está sendo tratado propostas, sugestões, contribuições e
203 diretrizes em geral, que não são caracterizadas como impositivas; uma vez que a Bacia do
204 Grande deve ser entendida como um guarda-chuva sobre o qual se localiza as bacias afluentes
205 no sentido de considerar um conjunto maior para atender o melhor dos mundos para aquele
206 todo e as bacias afluentes são parte deste todo. Aída (Engecorps) menciona que não existe
207 imposição e que existem diretrizes para que o CBH Grande no momento oportuno se articule
208 com os afluentes para realizarem aquilo que for validado em comum. Cristiane (ABAS) diz que
209 talvez o problema seja na redação do texto porque ela também entendeu a questão como
210 impositiva e sugere que uma transformação do texto em uma forma mais redundante, mas que
211 fique mais claro. Débora (FIESP) diz que a proposta dela é na linha da fala da Cristiane (ABAS), a
212 questão de ficar registrado como recomendação para sempre que possível fazer estas
213 observações no texto e também como metodologia colocar como estratégia a aprovação por
214 deliberação através dos comitês estaduais o caderno de ações pós-plano para os afluentes
215 direcionados para a área de atuação. Wagner (ANA) contribui que o plano é de responsabilidade
216 do Comitê do Grande nesse sentido não é possível estabelecer uma meta para cumprir com
217 afluente, afirma também que o Comitê do Grande não tem delegação para aprovar, sendo
218 necessário passar para os comitês afluentes, ou seja, não há possibilidade legal do Grande
219 legislar sobre a área de atuação de comitês estaduais. Laura (IGAM) pede para Cristiane (ABAS)
220 e para Débora (FIESP) destacar de quais redações elas estão mencionando. Débora (FIESP)
221 responde ao longo do relatório todo. Aída (Engecorps) faz menção a Resolução Federal nº 145
222 na qual garante tranquilidade do ponto de vista jurídico para essa questão, onde, de acordo com
223 a resolução, o plano de ações tem que apresentar metas, objetivos, programas de investimento,
224 estimativas de custos das ações, entre outras – e tais questões fazem parte do conteúdo oficial
225 e legal de um plano de bacia. Wagner (ANA) faz uma consideração de que estas questões estão
226 subentendidas uma vez que se trata da legalidade que sobrepõe ao plano e sugere que seja
227 colocado um parágrafo destacando nas diretrizes e nas metas que aquilo que for de
228 competência dos comitês estaduais deverá ser articulado com os mesmos, o que por lei já é
229 obrigatório, segundo ele não teria necessidade de escrever, mas pra ter tranquilidade seria
230 importante neste momento. A sugestão foi aprovada pelo grupo. Após o retorno do intervalo
231 do almoço, referente ao questionamento do estudo de cobrança Aída (Engecorps) informa que
232 foi proposto pelo plano e será elaborado um estudo para definir valor por setor usuário e que
233 inclusive o termo de referência já está pronto e será apresentado no manual interativo. Na
234 página 30, Aída (Engecorps) diz que foi realizada a proposta de estudo do passivo ambiental
235 voltado para os recursos hídricos – que é o objeto do plano em questão – para identificar o nível
236 de contaminação das águas superficiais e subterrâneas na área de influência direta e indireta da
237 mineração exclusivamente para atender à solicitação de um membro do GT justificada na
238 Plenária e na Reunião do Grupo no que se refere a questão de Poços de Caldas, esclarece ainda
239 que esse estudo não é para ser realizado pelo comitê e sim para que o comitê se articule a
240 respeito. Débora (FIESP) diz que fez uma proposta solicitando a alteração do título do capítulo

241 3.3.4 – Solucionar Passivos Ambientais Relacionados a Recursos Hídricos, para não ficar tão
242 direcionado como papel do comitê, afirma ainda que o título ficou muito direto para o problema,
243 mas que a ação é entendida como necessária. Ricardo (IEATM) afirma que essa questão não é
244 papel do comitê, existem mecanismos em outra política que entendida como política de meio
245 ambiente para esse fim. Wagner (ANA) menciona que o plano tem alguns aspectos que são
246 políticos à bacia como demandas regionais, ou seja, ajudar a auxiliar outros problemas que
247 afligem uma determinada região, normalmente essa questão não entraria, mas por se tratar de
248 uma questão de interesse muito forte sobre um assunto desconhecido que impacta o recurso
249 hídrico na região, torna-se importante atender a demanda. Aída (Engecorps) informa que o
250 termo que se usa na agenda ambiental é passivo (impacto não solucionado), um deles, inclusive,
251 o passivo da mineração, já existe meta. Laura (IGAM) fomenta que o problema está na palavra
252 solucionar, mas o comitê não pode fugir totalmente disso, o papel do comitê seria articular essa
253 solução do passivo. Ficou definido pelo grupo a alteração da redação para Apoiar a Solução do
254 Passivo Ambientais Relacionados a Recursos Hídricos. Na linha 36, Aída (Engecorps) informa que
255 se encontra no PP-05. Na linha 37, Aída (Engecorps) informa que sim; que deve entrar no plano
256 e que existem diretrizes para essa questão no PP4 e o assunto vai voltar a ser abordado com
257 maiores detalhes no PP-06. Débora (FIESP) menciona que em algum momento será discutido o
258 modelo e se o modelo ideal é a agência única. Afirma ainda que o que tem que ficar claro para
259 o plano são as atribuições: arranjo institucional, custos e o que acontece no momento da criação
260 e faz a sugestão de apresentar um parágrafo ou abrir o primeiro parágrafo. A questão que a
261 Débora (FIESP) mencionou ficou para ser definida no segundo dia de reunião. O próximo item
262 trata-se de um questionamento que cabe ao comitê executar medidas necessárias visando à
263 otimização da estrutura dos órgãos gestores; Aída (Engecorps) responde que não é atribuição
264 do comitê conforme previsto no PP-05. Na linha 39, referente às diretrizes gerais para a outorga
265 na questão de vincular a eficiência mínima, Aída (Engecorps) informa que um dos objetivos da
266 outorga é contribuir para racionalizar o uso da água. Leonardo (Engecorps) contribui que essa
267 questão de racionalização do uso da água está estabelecida pela Resolução no 707/2004 da ANA.
268 Próximo item, linha 40, página 46, diz que enquanto não for aprovado o enquadramento dos
269 corpos da bacia hidrográfica recomenda-se que os órgãos gestores utilizem as propostas do
270 plano para a definição da classe de enquadramento a ser adotada de forma transitória como
271 previsto no art. 15º da Resolução CNRH nº 91/2008; Aída (Engecorps) esclarece que enquanto
272 não existe o enquadramento definido, necessita-se de um balizamento considerando a outorga
273 para lançamento de efluentes, sendo assim a resolução em questão permite que enquanto não
274 seja dado o enquadramento definitivo se use o enquadramento provisório e são utilizados
275 quando os órgãos gestores forem emitir a outorga de lançamentos de efluentes e isso que foi
276 proposto para essa diretriz. Débora (FIESP) pergunta se essa questão seria para subsidiar a ANA.
277 Wagner (ANA) responde que sim, não só a ANA, mas para subsidiar os órgãos gestores e,
278 consequentemente, os usuários também. Na linha 41, em relação as competências para a
279 proposta de enquadramento, o art. 91 determina que quem deve elaborar a proposta de
280 alternativa de enquadramento são as agências em articulação com os órgãos gestores; Aída
281 (Engecorps) responde que sim e complementa que, na falta da agência e do órgão gestor, conta-
282 se com o apoio técnico da ANA e com o trabalho que a Engecorps está desenvolvendo. Débora
283 (FIESP) diz que a proposta dela é não entrar no mérito de discutir o enquadramento agora, para
284 que possa ser criado grupo para discussão, após aprovação do Plano, tendo em vista que o GT
285 decidiu na reunião anterior por excluir o texto do Relatório 4 sobre cobrança e enquadramento.
286 Wagner (ANA) explica que no futuro, tecnicamente falando, dificilmente os dados irão mudar
287 tendo em vista que a base na qual foram realizados é uma base de qualidade, acrescentou ainda
288 que em termos políticos podem ou não haver mudanças num cenário futuro. Wagner (ANA)

289 conclui sua fala dizendo que a proposta de enquadramento somente será debatida após a
290 aprovação do plano, conforme combinado na origem. A linha 42 trata das recomendações de
291 parâmetros prioritários para o enquadramento que deve ser revisada; Aída (Engecorps) diz que
292 na diretriz estabelecida referente aos parâmetros prioritários consta que poderão ser
293 considerados outros parâmetros para o enquadramento, ou seja, está em aberto para
294 discussões futuras. No próximo item, Aída (Engecorps) afirma que referente à questão dos
295 mecanismos de cobrança, geralmente, nos estudos elabora-se uma estimativa da arrecadação,
296 no caso do estudo em questão foi considerado para tais estimativas as formas que já estão
297 definidas nas deliberações dos comitês afluentes paulistas e foi proposto uma adaptação da
298 forma do PCJ para os rios de domínio da União e para os rios do estado de Minas Gerais que
299 ainda não possuem nenhuma proposta; são estudos para subsidiar discussões futuras e não são
300 definitivos. Débora (FIESP) questiona a forma da redação do texto com a palavra “devem”,
301 sugere mudar para uma diretriz. Wagner (ANA) fala que essa questão é apenas uma diretriz
302 geral, considerada genérica, complementa ainda que conforme comentado pelo Odorico
303 (FIEMG), muito provavelmente essa questão seja normatizada pelo Conselho Nacional em
304 breve. Nas linhas 44, 45 e 46 foram apresentadas em contextos diferentes, porém a linha 47
305 abrange todas as questões colocadas nas linhas anteriores, na qual apresenta a proposta da
306 Débora (FIESP) para excluir o capítulo cinco todo. Laura (IGAM) diz que na última reunião ficou
307 definido que o capítulo cinco não entraria no plano final, que os estudos referentes ao mesmo,
308 serviriam como notas técnicas de forma a contribuir como subsídio para as câmaras técnicas.
309 Débora (FIESP) complementa dizendo que futuramente cada grupo, de acordo com a
310 pertinência, poderá abrir a discussão sobre o tema. O grupo concorda em excluir o capítulo
311 cinco. No próximo item, proposta da Cristiane (ABAS), na linha 52, refere-se a meta 6; Aída
312 (Engecorps) menciona que é uma sugestão para seja referenciado o que está previsto na
313 deliberação CNRH nº 052/2005; todos do grupo se posicionam de acordo. Linha 54, página 40
314 Aída (Engecorps) esclarece que no PP-05, o texto introdutório diz que é recomendável que após
315 a aprovação do PIRH-Grande, o CBH Grande desenvolva o processo de discussão das propostas
316 apresentadas objetivando por meio de resolução ou deliberação e depois de criada e implantada
317 a agência de bacias também poderá contribuir para a articulação necessária entre o CBH Grande
318 e os órgãos ambientais, ou seja, não é uma questão a que será resolvida em curto prazo, as
319 propostas ainda serão estudadas observando a importância. Na linha 68, sobre a pergunta
320 referente ao aprimoramento dos critérios do ICMS ecológico; Aída (Engecorps) explica que no
321 termo de referência previa trabalhar com instrumento de compensação financeira e o ICMS é
322 um deles, sendo assim no programa o item 4.7 trata-se de uma diretriz do Plano Estadual de
323 Recursos Hídricos de Minas Gerais, onde entende-se que o ICMS pode ser mais bem
324 aproveitado. Na linha 69 e 70, perguntas realizadas pela Laura (IGAM), referente ao estudo da
325 priorização de uso; Aída informa que conforme definido pelo grupo o estudo em questão será
326 retirado do PP-04. Próximo item, referente a Nota Técnica do IGAM nº 01/2017/GPRHE/GECOB,
327 Aída (Engecorps) informa que as questões foram atendidas no decorrer da reunião. Referente a
328 Nota Técnica conjunta GEMOQ/GEMHEC/GPDRH/GEIRH que é o próximo item a ser discutido
329 na linha 132, que trata de uma pergunta: harmonização de critérios de outorga (vazões de
330 referência e máximos outorgáveis) – Especificamente para água subterrânea, qual seria a
331 metodologia a ser empregada para o estabelecimento de valores de máximos outorgáveis por
332 aquífero? Aída (Engecorps) responde que existe um estudo proposto que irá avaliar
333 metodologias disponíveis e propor a melhor delas para aplicação na condição local. Sobre a linha
334 133, que traz a pergunta: integrar os bancos de dados de outorgas de água subterrânea entre
335 os órgãos gestores estaduais e DNPM – A integração será feita através de acordos de
336 cooperação? Aída (Engecorps) afirma que foi atendido levando em consideração a inserção de

337 acordos de cooperação, convênios ou termos de cooperação técnica no texto. A linha 134, trata-
338 se da seguinte pergunta: Desenvolver novas metodologias para análises de outorga de água
339 subterrânea permitindo melhor avaliação do contexto regional dos aquíferos e das
340 interferências de usos e poços explorados – Quais seriam as novas metodologias? Modelagem
341 matemática? Leonardo (Engecorps) diz que as metodologias serão contempladas em TR para
342 estudo a ser apresentado no MOP e é uma das metas previstas. A linha 135 menciona a alocação
343 de água - outorga coletiva, Aída (Engecorps) diz que os comentários e explicações da Nota
344 Técnica são relevantes e serão considerados no MOP. No próximo item, referente ao Sistema
345 de Informações, na linha 137, Aída (Engecorps) informa que o texto na Nota Técnica do IGAM é
346 extenso, mas que a resposta tem referencia na consolidação dos dados que devem ser realizada
347 pelos órgãos gestores e inserida no SNIRH, esse trabalho não está contemplado no contrato da
348 empresa, apenas a elaboração de um banco de dados do PIRH-Grande. Aída (Engecorps) diz que
349 a linha 138 faz menção as questões que o Odorico (FIEMG) encaminhou a ANA, conforme segue:
350 “O que me chama atenção é fazer uma Proposta de Plano de Bacia com informações que não
351 retrata a realidade da bacia. Cito como exemplo os dados cadastrais dos usuários de água da
352 bacia, por não retratar a realidade. (Item extraído do PP04 - 3.2.1 - Ampliar a Regularização dos
353 Usos dos Recursos Hídricos. De acordo com os dados do Diagnóstico, observou-se que as
354 outorgas concedidas na bacia do rio Grande para captação de águas superficiais podem não
355 representar fielmente a totalidade das demandas de recursos hídricos. Na maior parte das UGHs
356 foi verificado que as demandas de recursos hídricos referentes a outorgas foram inferiores aos
357 valores de demandas estimadas). Outro fato interessante foi de que na compatibilização do
358 balanço hídrico – águas superficiais – não se levou em consideração o consumo humano (Item
359 extraído do PP04 – Segundo apresentado no Diagnóstico e no Prognóstico, as maiores causas
360 dos balanços hídricos quantitativos de águas superficiais críticos na bacia do rio Grande se
361 devem às demandas para irrigação, seguidas das demandas para abastecimento industrial.
362 Assim, o foco deste objetivo será o de examinar essas questões, para que sejam propostas ações
363 adequadas à solução dos problemas identificados, nos prazos requeridos). Esta informação
364 compromete todo o trabalho para qualquer definição de uso, pois entendo que primeiro passo
365 seria conhecer o uso da água na bacia, para depois definir o plano”. Aída (Engecorps) responde
366 que provavelmente houve uma interpretação equivocada do que foi apresentado no Produto
367 PP-04, bem como nos produtos anteriores PP-02 (Diagnóstico) e PP-03 (Prognóstico), aliás,
368 ambos aprovados pelo GT-Plano; para o cálculo das demandas hídricas apresentadas nos
369 produtos anteriores, foram utilizados procedimentos metodológicos específicos, expostos em
370 detalhes em ambos os produtos; comparando-se os resultados obtidos com as demandas
371 calculadas mediante as outorgas de recursos hídricos, observou-se que os primeiros são, em
372 geral, maiores, o que sugere que nem todos os usos dos recursos hídricos da bacia estejam
373 devidamente regularizados e, por isso, o objetivo de ampliar a regularização dos usos; os
374 balanços hídricos de águas superficiais apresentados nos produtos PP-02 e PP-03 levaram em
375 conta todos os usos dos recursos hídricos, concluindo-se que as maiores demandas são para o
376 uso em irrigação, seguido pela indústria; portanto, nenhum uso consuntivo dos recursos hídricos
377 deixou de ser considerado e, dessa forma, a afirmação de que não é conhecido o uso da água
378 na bacia é improcedente. O grupo concluiu que as linhas finais trata-se de assuntos repetidos,
379 ou seja, já foram discutidas. Débora (FIESP) pergunta se o grupo tem mais alguma consideração
380 e menciona que o único ponto que ficou para adequação do texto foi à questão da dominialidade
381 e a sugestão de alterar a redação. Aída (Engecorps) diz que por decisão do grupo, ficou
382 combinado de acrescentar dois parágrafos, no início dos capítulos 3 e 4 deixando claro que as
383 diretrizes, as metas e os objetivos são para a bacia toda, mas de acordo com a atuação do CBH
384 Grande com os afluentes onde for pertinente. Aída (Engecorps) sugere que a Engecorps/ANA

385 envie a versão nova por e-mail com os parágrafos destacados tendo em vista facilitar e focar a
386 leitura atendendo o que foi discutido na reunião. Débora (FIESP) sugere que o envio do
387 documento seja realizado conforme Aída (Engecorps) sugeriu e acrescenta que a aprovação do
388 mesmo possa ser realizada através do próprio e-mail pelos membros do grupo. Todos do grupo
389 tiveram o mesmo entendimento e concordaram com a sugestão de Débora (FIESP),
390 considerando que as discussões referentes a estas questões foram encerradas nesta reunião,
391 faltando apenas os ajustes na redação do texto. Aída (Engecorps) inicia a apresentação do **Item**
392 **2. Apresentação do Produto Parcial PP-05 (Propostas de ações, intervenções e programa de**
393 **investimentos do plano)**; no primeiro tema Aída (Engecorps) apresenta um estudo referente à
394 Bacia do Grande e seus afluentes, a Bacia do São Francisco, a Bacia do Doce, a Bacia do Paraíba
395 do Sul, a Bacia do Paranaíba, a Bacia do Tietê e a Bacia do Paraná onde foram analisados
396 detalhadamente os planos de bacias da União, basicamente para verificar interferências – foi
397 identificado duas importações brasões na bacia do Rio Paranaíba e a questão dos aquíferos que
398 são compartilhados; nos planos de bacias estaduais localizadas no Estado de São Paulo, onde
399 não foi identificado nenhuma interferência relevante em relação a Bacia do Rio Grande no que
400 diz respeito aos recursos hídricos; nos planos das bacias afluentes foi identificado que existe
401 uma coerência das diretrizes usadas nesses planos com as diretrizes e ações propostas pelo
402 PIRH. Aída (Engecorps) afirma que isso vem ao encontro do que já foi discutido hoje mais cedo
403 no que se refere à dominialidade e compartilhamento dos recursos hídricos. Aída (Engecorps)
404 diz que sobre a compatibilização das demandas com a disponibilidade dividiu a proposta de
405 debilitação de área de restrição de uso (onde foi trabalhada a unidade de conservação, existe,
406 as propostas via prioritária para conservação da biodiversidade, a área prevista num estudo da
407 ANA desenvolvido pela Engecorps para estudar os aquíferos Guarani e a questão de proteção
408 da action fauna) e na verificação das alternativas (atividades dos nossos programas). Aída
409 (Engecorps) reforça que as UCs existentes são áreas protegidas por lei; as áreas de proteção
410 integral que automaticamente existe uma proteção dos recursos hídricos – Parque da Canastra
411 é uma área de proteção integral; e as de uso sustentável que existem os planos de manejo dessas
412 unidades e uma possibilidade para aqueles que ainda não tem o comitê pode se articular com o
413 órgão ambiental responsável pela unidade para que sejam previstas áreas voltadas para
414 proteção dos recursos hídricos tanto superficiais como subterrâneos. Aída (Engecorps) diz que
415 de acordo com a apresentação projetada, a APCBs são áreas prioritárias para conservação da
416 biodiversidade propostas pelo Ministério do Meio Ambiente. Aída (Engecorps) menciona que
417 nestes estudos contratados pela ANA foram definidos Áreas de Proteção Potencial (APP) dos
418 aquíferos. Aída (Engecorps) afirma que outro enfoque do estudo foi a questão trechos dos
419 custos de água de muita importância para a action fauna. Aída (Engecorps) menciona os trechos
420 que o plano apresenta como trechos de especial atenção para a proteção foi identificado através
421 da elaboração de um mapa com as áreas entendidas que devem ser consideradas como
422 descrição de uso para a proteção da action fauna, para serem utilizados na forma de proposta
423 para decisões futuras – item da Resolução nº 145, para que essa questão faça parte do
424 diagnóstico. Aída diz que para o PP-05 foram montados 18 programas para atender o objetivo
425 vinculado ao componente estratégico e afirma ainda que não trouxe para a reunião os
426 programas devido a quantidade de páginas dos documentos, mas trouxe a estrutura que foi
427 apresentada aos membros do grupo e enfatizou que consta a atuação do CBH Grande em todos
428 os programas, ou seja, cabe ao CBH Grande acompanhar, apoiar e as vezes até propor. Aída
429 (Engecorps) continua sua fala dizendo que o PP-06 irá apresentar uma proposta de sistema de
430 monitoramento do programa. Aída informa que ia ser apresentado no PP-07 uma comparação
431 entre o que foi previsto de ser arrecado com a cobrança em relação ao custo de implementação
432 do plano de ações e a complementação de subsistência da agência da bacia, como não será

433 apresentado os estudos da cobrança terá que ser revisto e talvez não dê pra tratar desta
434 questão. No dia dois de junho de dois mil e dezessete, segundo dia da 9ª Reunião do Grupo de
435 Trabalho e Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos (GT Plano)
436 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Grande) esteve presentes os seguintes
437 representantes: Edgar Gaya Banks Machado (ANA), Wagner Martins da Cunha Vilella (ANA),
438 Laura Bertolino de Souza Lima (IGAM/MG), José Maurício Braga (Prefeitura Municipal de
439 Catanduva), Daiane Cesarino (Prefeitura Municipal de Catanduva), (Odorico Pereira Araujo
440 (FIEMG), Débora Riva Tavanti Morelli (FIESP), Caio Penna Martins (SIRVARIG), João Cabrera Filho
441 (ABAG), Helieder Rosa Zanelli (SABESP), Ricardo Caetano de Lima (IEATM), José Edilberto da Silva
442 Resende (ADISMIG), Cristiane Guiroto (ABAS), Paulo Finotti (AEAARP). Participaram como
443 convidados: Aída M. P. Andrezza (Engecorps), Dayana de Sá e Sousa (ABHA) e Leonardo Mitre
444 Alvim de Castro (Engecorps). Deram-se início apreciação e contribuições do relatório PP-05. No
445 último parágrafo da página 21, José Edilberto (ADISMIG) sugere que seja colocado uma nota de
446 rodapé explicando as particularidades das melhorias estruturais e não estruturais para facilitar
447 o entendimento. Cristiane (ABAS) sugere que inverta a sequência dos dois últimos capítulos da
448 página 21. Laura (IGAM) menciona que não há necessidade de mudança. Laura (IGAM) pede
449 para voltar na página 11, referente ao quadro 2.4, a linha três traz que todas as sub-bacias da
450 UGRHI 10 apresentam situação desfavorável em relação às áreas ocupadas por mata ciliar, e
451 pergunta se essa questão é em relação a conservação dessas bacias. Aída (Engecorps) responde
452 que neste caso seria no sentido de falta dessas bacias. Wagner (ANA) sugere mudar a palavra
453 "ocupadas" na redação do texto para facilitar o entendimento. Na página 23, no último
454 parágrafo do item 2.1.3, Cristiane (ABAS) diz que referindo-se ao aquífero Guarani, a frase
455 "alternativas técnicas a fim de compatibilizar um recurso que é de interesse interno e externo à
456 Bacia do Grande" causa desconforto e sugere que depois de aquífero Guarani, incluir
457 "necessitando de esforços integrados para a preservação de suas características químicas e
458 físicas naturais". O grupo definiu que a nova redação do texto: necessitando de esforços
459 integrados para a preservação de suas características químicas e físicas naturais. Na página 24,
460 no item 2.2.1 - Levantamento de Potencialidades, Problemas, Conflitos e Ações Previstas, José
461 Edilberto (ADISMIG) diz que no que tange a Poços de Caldas não foram considerados a
462 disponibilidade nem os conflitos e a origem dos dados não pode ser alterado. Aída (Engecorps)
463 explica que a análise foi realizada através de estudos já existentes, cuja a fonte foi citada; sendo
464 assim, não existe nenhuma inserção nossa. Wagner (ANA) menciona que observando as
465 questões que podem caracterizar distorção dos dados, utilizando um banco de dados com
466 planos já concluídos, não é possível fazer alterações para o cenário atual. Laura (IGAM) diz que
467 o indicativo de cores do item 2.2.1 indica a quantidade de vezes que foi citado. No Quadro 2.15
468 - IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES/PROGRAMAS PROPOSTOS, Cristiane (ABAS) questiona
469 se não existe a possibilidade de atualização no que diz respeito ao Estado de São Paulo, tendo
470 em vista que existem planos mais recentes em discussão; Aída (Engecorps) responde que
471 conforme mencionado na página 23, os planos oficiais aprovados são os que foram utilizados
472 para o estudo em questão. Aída (Engecorps) explica que as ações que estão detalhadas nos
473 programas são fruto das análises elaboradas no diagnóstico e no prognóstico com dados já
474 consolidados; sendo assim, é interessante que seja avisado quando nas áreas mais críticas, no
475 caso de suspeita de que determinada situação não se enquadre mais com o cenário atual para
476 ser feita a adaptação tendo em vista que não é viável fazer atualizações a todo momento.
477 Débora (FIESP) pergunta em qual momento essa questão será tratada e reforça a sugestão
478 proposta por ela no primeiro dia de reunião a respeito de traçar estratégia referente as ações
479 dos comitês afluentes. Wagner (ANA) informa que caso essa questão seja uma preocupação
480 grande pode ser agendado uma reunião da CTI para apreciação das ações do produto ao invés

481 de ser apreciado o pacote todo, não tendo necessidade de voltar para o GT, afirma ainda que
482 não existe possibilidade do GT fazer consultas em diversos momentos. Wagner (ANA) faz a
483 proposta para que tenha uma reunião com a CT específica para analisar o produto 5. Aída
484 (Engecorps) sugere inserir uma nota de rodapé na página 23 para encaminhar a informação de
485 que os planos da bacia dos afluentes paulistas estão sendo atualizados e o grupo concorda com
486 a proposta. Débora (FIESP) expõe uma dúvida que remete ao item 2.1.3 - Interferências das
487 Bacias Hidrográficas Vizinhas com a Bacia Hidrográfica do Rio Grande, na página 22,
488 perguntando quais ações vão estar diretamente ligada as interferências de bacias vizinhas. Aída
489 (Engecorps) responde que não há nenhuma ação, uma vez que as interferências identificadas
490 foram somente citadas. No item 2.2.1, quadro 2.15 no segundo item das medidas estruturais,
491 na página 31 e também no quarto parágrafo da página 37, Cristiane (ABAS) pede para fazer a
492 correção do texto "fontes alternativas de água subterrânea" para "soluções alternativas de
493 abastecimento doméstico". Cristiane (ABAS) diz que a citação que diz respeito a "implantação
494 de agência de bacia, sendo que a maioria dos planos indica que a criação de uma agência
495 individual em cada unidade é praticamente inviável, sendo mais prática e adequada a solução
496 de criação de uma agência única" e no quadro no que se refere a "Implantação de agência de
497 Bacia", na página 32, foi citada todas as bacias dos comitês paulistas o que não condiz com a
498 realidade do Estado de São Paulo. Débora (FIESP) solicita que retire as marcações de tal item
499 mencionado pela Cristiane (ABAS) da pagina 32 do UGRHI 04-Pardo, UGRHI 12-Baixo Pardo e
500 UGRHI 15-Turvo. Leonardo (Engecorps) diz que de acordo com o Plano das UGRHI 12 e UGRHI
501 15 consta no item 2.1.5 referente às ações a questão da agência de bacia. Na página 37,
502 referente a menção "implantação de agência de bacia, sendo que a maioria dos planos indica
503 que a criação de uma agência individual em cada unidade é praticamente inviável, sendo mais
504 prática e adequada a solução de criação de uma agência única", Débora (FIESP) pede para que
505 seja citado quais planos (comitês afluentes) indicam que agência individual não seja viável. Em
506 relação a esse mesmo paragrafo, Laura (IGAM) sugere que seria mais prático e adequado se
507 fosse feita a junção de mais de um comitê de bacia para a criação de agência. Aída (Engecorps)
508 menciona que o que consta no PP-05 referente à criação de agência de bacia é o que foi
509 consultado nos planos. No 2.2.1, na página 38, no parágrafo que fala que há super exploração
510 dos aquíferos ocorrente nos comitês paulistas, Cristine (ABAS) solicita substituição da redação
511 do texto: depois de evitando a super exploração dos aquíferos inserir "uma vez que, a maioria
512 das unidades paulistas já apresenta indícios desta". Na página 48, referente a cobrança, na parte
513 que diz respeito ao uso insignificante: "Serão considerados usos insignificantes aqueles
514 definidos no artigo 3º da Portaria DAEE nº 2.292 de 14 de dezembro de 2006", Cristiane (ABAS)
515 diz que a mesma portaria foi reratificada em 18 de Abril de 2016. Leonardo (Engecorps) diz que
516 é importante reforçar que o que consta no PP-05 é o que consta no plano. Na página 49, na
517 parte de outorga: "O processo de outorga no estado é gerido pelo IGAM, sob coordenação da
518 Gerência de Apoio à Regularização Ambiental (GEARA)", Laura (IGAM) informa que a GEARA não
519 consta mais no organograma do IGAM, então ela sugere a retirada deste tópico, mesmo que
520 conste no plano consultado, tendo em vista que caso alguém tente procurar a GEARA no
521 organograma do IGAM não encontrará. Ficou definido pelo grupo que a redação do texto ficaria:
522 "O processo de outorga no estado é gerido pelo IGAM". Na página 59, no último parágrafo:
523 "Delimitação de área de proteção do aquífero Guarani, definida por estudo desenvolvido pela
524 ANA entre 2012 e 2014, que teve por objetivo avaliar a vulnerabilidade natural desse aquífero e
525 definir o perigo de sua contaminação, estabelecendo base técnica para o planejamento das
526 ações e medidas de proteção das águas subterrâneas pelos órgãos gestores de recursos hídricos,
527 meio ambiente e uso e ocupação da terra. Tal como exposto acima, o CBH-Grande poderá apoiar
528 a criação de uma área de restrição de usos antrópicos delimitada pelo estudo da ANA, visando

529 minimizar o perigo de contaminação do aquífero Guarani”, Cristiane (ABAS) solicita uma
530 alteração de redação do texto: depois de apoiar, inserir: "os comitês estaduais na criação de
531 áreas de restrição de uso". Na página 61, no quadro 3.1, Laura (IGAM) solicita a inserção do total
532 e do percentual total de Minas Gerais e de São Paulo em área de UCs, ou seja, indicar a análise
533 por vertente. Na página 63, Laura (IGAM) solicitou considerar também as áreas Consideradas
534 Prioritárias pelo estudo da Biodiversität. Aída (Engecorps) explica que essas informações estão
535 disponíveis em dois mapas distintos e a fusão dos mesmos ficou incompatível. Na página 69, na
536 primeira linha, Laura (IGAM) solicita acertar a frase "Além da APCB nº 24, indicada no Quadro
537 3.2, situada em São Paulo, e na mesm linha de" acrescentando a letra "a" na palavra mesma. Na
538 página 78, referente ao texto "Instalar grupo de trabalho para discutir as propostas de
539 enquadramento apresentadas pelo PIRH Grande", Débora (FIESP) faz a proposta de excluir "pelo
540 PIRH Grande". O grupo aprova a proposta. Na página 83, quadro 4.1 – Sistematização das
541 Alternativas, na primeira linha do quadro, Laura (IGAM) afirma que é possível que seja uma ação
542 prevista para o tópico anterior e não para implantação da agência de bacia. Leonardo
543 (Engecorps) concorda com Laura (IGAM) e o grupo decide por fazer a alteração colocada. Débora
544 (FIESP) faz a proposta de iniciar as tabelas com as metas para não ficar uma parte em cada página
545 visando facilitar a leitura. Aída (Engecorps) informa que para não constar espaços em branco foi
546 necessário fazer a formatação de algumas tabelas divididas em duas páginas e sugere o aumento
547 da fonte na questão das metas para dar destaque. Na página 119, na meta "formalizar a alocação
548 de água por pontos de controle", Débora (FIESP) faz a proposta de deixar apenas a meta de
549 quantidade e prever a discussão no âmbito da CT com órgãos gestores. Leonardo (Engecorps)
550 informa que essas diretrizes foram trazidas do PP-04. Débora (FIESP) pergunta se a discussão
551 será com os órgãos gestores. Wagner (ANA) explica que ainda é uma proposta essa questão.
552 Aída (Engecorps) informa que na página 120 prevê que o responsável direto é o CBH Grande
553 para articulação e outras instituições envolvidas: ANA, IGAM e DAEE. Leonardo (Engecorps)
554 complementa em relação a diretriz em questão, foram definidos os pontos de controle e os
555 critérios técnicos utilizados foram retirados do prognóstico do PP-03. Laura (IGAM) pergunta se
556 o CBH é o ente executivo no que tange a deliberações dentro dos comitês, mas, por exemplo,
557 refinar a oferta hídrica, não é atribuição executiva do CBH. Aída (Engecorps) responde que essa
558 questão é uma diretriz e que a responsabilidade do CBH é a formalizar a atividade através da
559 meta atendida. Na página 120, Débora (FIESP) pergunta como que funciona na prática a questão
560 que trata de ações, considerando como fonte de recurso prefeituras municipais e a iniciativa
561 privada, e solicita que todas as metas que façam essa menção a essas fontes de recursos sejam
562 revistas. Aída (Engecorps) responde que o responsável direto é o CBH Grande das quais as
563 prefeituras e as entidades fazem parte, por isso foi citado no documento em questão uma
564 contribuição, ou seja, uma previsão de custo. Leonardo (Engecorps) complementa que não se
565 trata de custo de investimento das prefeituras municipais por usuário. Aída (Engecorps) sugere
566 retirar a especificação e manter somente o valor global; o grupo concorda e aprova tal sugestão.
567 Débora (FIESP) questiona as tabelas dos programas (páginas 92 a 233) que constam como fonte
568 de recursos "iniciativa privada" e "Fehidro SP" "Fehidro MG"; propõe exclusão, pois não são
569 fontes de competência do CBH Grande. Débora (FIESP) sugere a elaboração de uma tabela geral
570 por fonte de recursos (pagina 236), com valores globais, como por exemplo, quanto a ANA vai
571 dispor para as ações do Plano. Aída (Engecorps) responde que irá elaborar. Na página 135,
572 referente à meta "Realizar estudo de mecanismos da cobrança", Débora (FIESP) propõe a
573 inclusão no final do texto da atividade três, o seguinte complemento: "a ser discutido pelo GT",
574 o grupo concorda. Na página 159, Débora (FIESP) solicita que exclua a palavra "portanto", Aída
575 (Engecorps) diz que fará retirada do termo solicitado. Na página 168, referente à meta "realizar
576 estudo para caracterização e redução das cargas poluidoras", Débora (FIESP) faz a proposta de

577 excluir a ação tendo em vista que o valor é muito alto para um projeto em que os órgãos gestores
578 possuem as informações. Laura (IGAM) afirma que não concorda em retirar a meta porque este
579 estudo irá beneficiar o próprio usuário uma vez que ele é beneficiado com redução de tributos
580 quando há reduz cargas poluidoras, além de gerar uma produção mais eficiente. Wagner (ANA)
581 menciona que o estudo acarretará em benefícios tanto para a indústria quanto para a bacia e
582 que concorda com Débora (FIESP) que os custos do estudo teriam que recair para os recursos
583 da cobrança e não para os usuários. Laura (IGAM) menciona que o recurso da cobrança não vem
584 somente do setor industrial e o estudo será realizado para um segmento específico. O grupo
585 decide por manter a meta sendo que o representante da FIEMG e a representante da FIESP se
586 manifestaram contrários à manutenção de tal meta; o grupo definiu também que em relação
587 aos custos do estudo, o mesmo será recaído para a cobrança do uso da água, no qual a
588 representante do IGAM e o representante da ADISMIG se manifestaram contrários à alteração.
589 Os membros ficaram de encaminhar as contribuições por e-mail para que sejam incorporadas
590 ao relatório até dia 13/06; A ANA se comprometeu a encaminhar os relatórios 4 e 5 revistos com
591 as contribuições do grupo até dia 23/06. A próxima reunião ficou agendada para os dias 05 e 06
592 de julho, em Passos/MG para aprovação dos relatórios 4 e 5, e início da discussão do relatório
593 6. Nada mais a tratar nessa data, encerro esta ata, Aline Luciana Dias, constando que a Lista de
594 Presença é parte integrante deste documento.